

**X LEGISLATURA  
ACTA Nº 89/X/4ª SL**

Aos dezoito dias do mês de Novembro de 2008, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, na Sala do Senado do Palácio de S. Bento, em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças (COF), tendo como ponto único da ordem do dia a **audição do Ministro da Economia e da Inovação, para apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 226/X/4ª – Orçamento do Estado para 2009 (OE)**. Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento, o Vice-Presidente da COF, Sr. Deputado Honório Novo, iniciou os trabalhos.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes efectuou uma interpelação à mesa, solicitando a realização de uma terceira ronda de questões por parte dos Grupos Parlamentares sobre a situação actual das minas de Aljustrel. O Sr. Deputado Afonso Candal usou da palavra para recordar que em reunião prévia da CAEIDR este assunto fora apreciado no âmbito de um Requerimento do PCP, com a recusa do PCP da proposta efectuada pelo PS, tendo o Requerimento sido rejeitado.

O Sr. Vice-Presidente da COF recordou a liberdade dos GP questionarem o Ministro sobre as matérias que entendem. De seguida, deu a palavra ao Ministro da Economia e da Inovação (MEI).

O Sr. Ministro da Economia e da Inovação efectuou uma intervenção inicial.

De seguida, o Sr. Vice-Presidente deu início à primeira ronda de questões dos Grupos Parlamentares, passando a palavra ao GP do PSD.

A Sra. Deputada Rosário Águas recordou que o objectivo da intervenção do MEI seria apresentar o OE, considerando que tal não aconteceu, tendo o MEI apresentado um conjunto de inverdades, representativo da falência da política económica do Governo. Recordou as propostas do PSD efectuadas nos últimos quatro anos para apoio às PME e questionou o MEI sobre se considerava um sucesso reduzir o défice em 1.2 pontos percentuais, aumentar a carga fiscal, diminuir o rendimento disponível, aumentar a dívida pública e o endividamento das famílias. Considerou desactualizada a proposta do OE na sequência dos dados sobre a estagnação do PIB e o aumento do desemprego e que a crise económica do país não pode ser explicada com a conjuntura internacional. Questionou o MEI sobre os investimentos públicos decididos pelo Governo, se concorda que avancem sem estar comprovada a sua utilidade social e económica e sem um estudo de avaliação sobre o custo-benefício e a sua contribuição para a competitividade. Colocou questões sobre as alterações do tarifário eléctrico (no contexto da actividade da ERSE), o custo da política de energias renováveis e o efeito resultante da postcipoação deste custo, e, ainda, sobre o destino das receitas relativas ao equilíbrio económico-financeiro pago pelos centros electro-produtores hídricos.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Afonso Candal, considerando impossível dissociar o OE do quadro económico geral. Questionou o MEI sobre o número de PME que têm sido apoiadas e em que montantes, sobre o aumento das tarifas de 16% se não houvesse intervenção do Governo no primeiro ano de acção 16%, sobre o investimento público em matéria de infra-estruturas aero-portuárias, rodoviárias e ferroviárias no contexto, nomeadamente, da promoção da mobilidade, sobre a penetração de Portugal em novos mercados e a diversificação das exportações, sobre o papel dos pólos de competitividade no contexto da promoção da inovação e, ainda, sobre a aposta no turismo de maior valor acrescentado.

O Sr. Deputado Helder Amaral usou da palavra questionando o MEI sobre a revisão em baixa constante dos dados do Banco de Portugal, o menor dinamismo das exportações, o aumento do desemprego, o número de PME que se candidataram a apoios do QREN e quantos projectos foram apoiados, o pagamento especial por conta, a promoção externa, a situação das pirites alentejanas, o desenvolvimento do MIBEL, a alteração da fiscalidade ao sector automóvel e, ainda, sobre a procura efectuada pelo MEI ao Presidente da Autoridade da Concorrência.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes questionou o MEI quanto aos dados apresentados pelo INE, o endividamento crescente das empresas e os lucros associados às grandes empresas, a repartição do rendimento, o funcionamento das entidades reguladoras, a implementação do QREN, as condições e custos associados aos financiamentos bancários, o balanço das dívidas às PME, a situação das pirites alentejanas, a falência de diversas empresas e o programa AGIIRE, os problemas específicos dos sectores têxtil, automóvel, metalurgia e indústria extractiva, a revisão do regime de licenciamento e a regulamentação de parte do regime de arrendamento urbano.

De seguida, interveio a Sra. Deputada Alda Macedo, que registou a admissão feita pelo MEI sobre a crise actual, tendo colocado questões sobre o défice público, o aumento da pobreza e da desigualdade, o aumento das prestações de apoio em situação de desemprego, o aumento da taxa de desemprego, sobretudo no Norte, a crise do sector automóvel, os PIN's e a especulação imobiliária e a ausência de investimento tecnológico a eles associado, os programas de promoção do emprego, as medidas previstas para as pirites alentejanas, a precariedade existente no mercado de trabalho, a promoção da micro-geração e do acesso às energias renováveis e, ainda, os resultados dos incentivos em sede de IRC para a instalação de empresas no interior.

O Sr. Vice-Presidente da COF agradeceu as intervenções e questões colocadas pelos Srs. Deputados e deu a palavra ao Ministro da Economia e da Inovação para responder às questões colocadas. Intervieram, também, o Secretário de Estado do Turismo, o Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação e o Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor.

A Sra. Deputada Rosário Águas efectuou uma interpelação à mesa sobre a questão colocada pelo Ministro da Economia e da Inovação ao GP do PSD. Deu conta não ser Deputada eleita pelo círculo de Vila Real à data de 2004. Acrescentou que o Sr. Ministro parece esquecer que é dever dos Deputados fiscalizar a acção governativa e colocar questões, devendo os membros do

Governo responder, e não o contrário. Deu conta da ausência da resposta por parte do Ministro a diversas questões colocadas por parte do GP do PSD, nomeadamente sobre a política energética, em particular o impacto dessa política em 2010, considerando que ter sido postecipado o custo das energias renováveis. Finalmente, considerou que o MEI deveria ter declarado a possibilidade de conflito de interesses no momento da nomeação do Presidente da Autoridade da Concorrência. O Sr. Vice-Presidente da COF deu a palavra ao Ministro para responder à interpelação.

Terminada a primeira ronda, o Sr. Presidente da COF deu início a uma segunda ronda de intervenções, dando a palavra ao GP do PSD.

O Sr. Deputado Almeida Henriques colocou questões ao MEI sobre as medidas há muito propostas pelo GP do PSD de promoção da actividade das PME's, o montante em falta de execução do QCA III relativamente ao Ministério da Economia, o endividamento crescente das empresas e das famílias, o crescimento da taxa de desemprego, os programas PME Líder e outros, os pólos de competitividade, a implementação do QREN e, questionando directamente o Secretário de Estado do Comércio sobre a falta de política de dinamização dos pólos urbanos e do comércio tradicional e as medidas constantes do OE dirigidas a este problema.

O Sr. Deputado David Martins começou por recordar a importância do sector do turismo em Portugal, em termos de riqueza e emprego criados, bem como o combate à desburocratização, o reforço da regulação, a aposta na formação e a criação de novas rotas no sector. Registou, ainda, a revisão do regime dos empreendimentos turísticos, bem como a regulamentação associada à actividade de campismo e caravanismo. Interveio, ainda, o Sr. Deputado Afonso Candal, recordando os apoios do Governo às PME's e a veracidade da Governação corrente.

O Sr. Deputado Helder Amaral interveio, colocando questões sobre o sector automóvel, os dados estatísticos publicados pelo INE e pelo Boletim Económico do Banco de Portugal, a mobilização dos portugueses para a sociedade de informação, a percentagem de serviços públicos online, e recordou, ainda, a questão já colocada sobre a Autoridade da Concorrência.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes solicitou informações sobre os apoios do QREN às PME's, sobre a avaliação do modo como o sector bancário está a concretizar as linhas de crédito, considerando que impõe custos acrescidos e mais gravosos para as PME. Questionou, ainda, o MEI sobre as dívidas do Ministério às PME, a ausência de resposta do Secretário de Estado do Comércio sobre o comércio tradicional, o conflito de interesses entre o MEI e o Presidente da Autoridade da Concorrência, as pirites alentejanas – solicitando a disponibilização aos GP do texto lido pelo Secretário de Estado – questionando sobre as consequências dos acordos feitos, as regiões de turismo e os pólos de competitividade e sua localização.

A Sra. Deputada Alda Macedo interveio, recordando a ausência de respostas às questões colocadas, nomeadamente sobre a estratégia do Governo para o sector automóvel, a promoção da

micro-geração e das energias limpas, os acordos efectuados com as empresas e a ausência de responsabilidade dos empresários em matérias específicas.

O Sr. Deputado Helder Amaral fez uma interpelação à mesa sobre a suspensão de projectos aprovados no QREN na sequência da crise internacional.

A Vice-Presidente da COF agradeceu as intervenções e questões colocadas pelos Deputados e deu a palavra ao Ministro da Economia e da Inovação para responder às questões colocadas. Intervieram, igualmente, os Secretários de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, bem como o Secretário de Estado do Turismo.

De seguida, foi debatida a possibilidade de ser efectuada uma terceira ronda de intervenções. Os GP do PSD e do PCP manifestaram-se favoráveis à existência de uma terceira ronda, o GP do PS manifestou-se contra, tendo-se obtido um consenso de uma ronda de 2 minutos por GP.

O Sr. Deputado Almeida Henriques interveio sobre o programa PME Líder, a implementação do QREN e a promoção dos centros urbanos e do comércio tradicional.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes colocou questões sobre os pólos de competitividade, as dívidas do Ministério às empresas, as pirites alentejanas e o saldo do Turismo de Portugal, IP. O Sr. Deputado entregou, ainda, um documento à Mesa para ser distribuído pelos Srs. Deputados.

A Sr. Vice-Presidente da COF deu a palavra ao Sr. Ministro da Economia e da Inovação para responder às questões colocadas, tendo usado também da palavra o Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor.

Não havendo mais intervenções, a Sra. Vice-Presidente deu por terminada a reunião. A reunião foi gravada, estando disponíveis as gravações áudio e vídeo, que fazem parte integrante desta acta. A reunião foi encerrada às 19h00, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de Novembro de 2008.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

*Rui Vieira*

Nota: Acta aprovada na reunião de 16 de Dezembro de 2008.

## Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Agostinho Lopes
- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- Ceia da Silva
- David Martins
- Duarte Lima
- Helder Amaral
- Hugo Velosa
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Mendes Bota
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Alda Macedo
- Carlos Lopes
- Fátima Pimenta
- Horácio Antunes
- Jorge Almeida
- Jorge Fão
- Luís Carloto Marques
- Manuel José Rodrigues
- Maximiano Martins
- Teresa Venda

Faltaram os seguintes Srs. Deputados:

- Francisco Madeira Lopes
- Hortense Martins
- Luís Fazenda